

ACM reafirma que não vai renunciar

Acusado de violar o painel de votação do Senado, parlamentar diz estar confiante na avaliação que será feita pelo Conselho de Ética

GERSON CAMAROTTI

BRASÍLIA – O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) descartou ontem a hipótese de renunciar ao mandato para evitar um processo de cassação que poderia suspender seus direitos políticos por oito anos. Ele está sendo acusado de quebra de decoro parlamentar por participar da violação do painel de votação do Senado. Em entrevista por telefone ao **Estado**, ACM disse estar confiante na avaliação que será feita por seus colegas, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado: “Não penso em renúncia. Não vou renunciar.”

Apesar da negativa, políticos próximos de ACM garantem que a possibilidade de renúncia não está de fato descartada, caso fique comprovado que o processo de cassação é irreversível. Nesse caso, garante um interlocutor do senador, ele deve renunciar sim, mas não sem antes virar toda sua artilharia contra o governo e o PMDB do presidente do Senado, Jader Barbalho (PA). “ACM não tem vocação para ser o Cordeiro de Deus, morrendo calado”, disse a fonte carlista.

O senador baiano é veemente ao comentar sua situação. “Eu não vou chegar a nenhum ponto crítico”, afirmou. “Tenho certeza que o Conselho de Ética não fará injustiça comigo.”

Para ele, o processo de cassação não chegará a ser aberto. “Por isso, não estou preocupado”, observou. Ele jogará suas fichas na acareação que fará na quinta-feira com o senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) e Regina Borges, ex-diretora do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen). ACM e Arruda não devem anunciar nenhuma decisão antes desta data.

A estratégia de ACM será a de tentar reverter os votos no Conselho de Ética, para evitar a abertura do processo de cassação. Ele garante que além do PFL, já conseguiu apoio de senadores de outros partidos. “Mas esses nomes eu não revelo para evitar pressão da imprensa”, explica. O processo

de cassação é aberto com a aprovação do relatório no conselho. A partir desse momento, a renúncia não impede a continuidade do processo.

Prazo – A expectativa é de que em duas semanas o senador Saturnino Braga (PSB-RJ), relator do caso, apresente o seu parecer, que será votado logo em seguida pelos 16 senadores que integram o conselho. Esse é o prazo que ACM e Arruda têm para renunciar ao mandato sem perder os direitos políticos. Arruda está sendo aconselhado por tucanos a renunciar para poder disputar uma vaga de deputado federal nas eleições do ano que vem.

Durante o fim de semana, ACM fez várias consultas a aliados políticos. No sábado, conversou por telefone com o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), para avaliar o quadro. “Foi uma conversa excelente”, disse o senador baiano. “Bornhausen e todo o partido têm sido da

maior solidariedade.” Mesmo assim, ACM nega que tenha sido procurado por alguns caciques pefelistas para avaliar a possibilidade de colocar em prática um “plano B”. “Ninguém teve a ousadia de me procurar para falar em renúncia”, garantiu.

A possibilidade de renúncia ganhou força depois que naufragou a tentativa de um acordo entre a cúpula pefelista, o PSDB e o PMDB. Pelo acordo, ACM e Arruda seriam punidos com uma suspensão, e não com a cassação. Mas a repercussão do caso na imprensa e a decisão do PSDB de abandonar Arruda acabaram com qualquer negociação nesse sentido.

De acordo com ACM, são favoráveis a ele os levantamentos feitos pelos jornais com a posição dos senadores sobre o caso da violação do painel. Sua avaliação é de que até agora não existe maioria formada contra ele. “A maior parte dos que votam no Conselho de Ética está em silêncio. Só os que não votam ficam falando”, declarou. “A situação não é tranquila, mas é uma situação de pessoas que respeitam uma figura como eu.”

**CONVERSA
COM
PRESIDENTE
DO PFL FOI
EXCELENTE,
AFIRMA
SENADOR**

RUMO À CASSAÇÃO

PRÓXIMOS PASSOS

Os caminhos da investigação no Conselho de Ética

A próxima fase do processo será a acareação entre ACM, Arruda e Regina Borges, marcada para quinta-feira

Concluída essa etapa, é a vez de o relator, Saturnino Braga, apresentar seu parecer. Ele não tem prazo para entregar o documento, mas pretende divulgá-lo no dia 9. Sua decisão será levada ao conselho para votação

Em caso de abertura de processo de cassação, não há prazo fixo para a conclusão. Mas a ideia é fechar a fase inicial, no conselho, em 30 dias

Se aprovado, o relatório segue para a Mesa Diretora do Senado ou para a Comissão de Constituição e Justiça. Técnicos do Senado afirmam que a decisão deve ser encaminhada à Mesa e, depois, novamente ao Conselho de Ética. Já integrantes do conselho defendem o envio do processo à CCJ e, em seguida, ao plenário

Caso o processo retorne ao Conselho de Ética, será aberta a fase de defesa dos acusados. O prazo para os integrantes do conselho tomarem novos depoimentos é de dez sessões

Depois da defesa dos acusados, será elaborado outro relatório e, em seguida, o documento passa por nova votação. Se o relator decidir pela cassação, o processo segue para a CCJ, na qual será submetido a análise e votação

Se a recomendação for novamente aprovada, o pedido de cassação vai ao plenário, em votação secreta

QUEBRA DE DECORO

As situações em que os senadores podem sofrer punição ou perda de mandato

- ▶ O Código de Ética e Decoro Parlamentar destaca entre os deveres fundamentais do senador “exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular” e informa que compete ao Conselho de Ética e decoro verificar se ele está preservando “a dignidade do mandato parlamentar”
- ▶ Pelo artigo 55 da Constituição, perderá o mandato o senador “cujo procedimento foi declarado incompatível com o decoro parlamentar”. A Constituição estabelece ainda, no parágrafo 1º do inciso VI, artigo 55, que é incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso ou o exercício de vantagens indevidas
- ▶ O Regimento Interno do Senado considera ato contrário à ética e ao decoro parlamentar: “Praticar irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes”

ACM voltou a atacar a cobertura que a mídia está fazendo em relação ao escândalo da lista dos votos. “Não tenho a menor dúvida de que a imprensa está querendo pressionar o Conselho de Ética”, atacou. “Se fosse o Arruda e outro senador não teria nada, mas querem derrubar um forte.”

Manifesto – Hoje, deverá ser divulgado um manifesto de personalidades baianas – entre empresários, políticos, artistas e intelectuais – contra a

cassação de ACM. No sábado, ao andar pelo Dique do Tororó, no centro de Salvador, o senador foi cumprimentado por populares.

Uma pesquisa feita na sexta-feira, pela agência de propaganda Propeg, constatou que o depoimento feito na quinta-feira não afetou a popularidade do senador na Bahia. Pelos números, ele cresceu dois pontos e agora está com 76% das intenções de voto para o governo baiano. Ao todo, foram realizadas 400 entrevistas.